

APATRIDADE, APÁTRIDA

Pablo Gasparini

VER : Casa · Estado-Nação · Estrangeiro · Exílio · Habitar · Migração · Origem, Começo.

Do ponto de vista legal, a condição apátrida se refere a um sujeito que, por diversas razões históricas e políticas ou por um mero conflito de legislações nacionais em relação à atribuição de nacionalidade, não goza do direito à mesma. Distante desse entendimento legal, este verbete se refere à ressignificação que o filósofo tcheco Vilém Flusser (Praga, 1920-1991; exilado no Brasil de 1940 até 1973) realiza desse conceito, retirando-o de sua negatividade e convertendo-o em uma forma de existência alternativa àquela enraizada em determinada pátria.

Em um de seus ensaios mais paradigmáticos, “Habitar a casa na apatridade (Pátria e mistério – Habitação e hábito)”, inserido na seção “Reflexões” de *Bodenlos: uma autobiografia filosófica* (2007), Flusser identifica a pátria com o hábito, com o exercício inconsciente de um código que permeia, em princípio, o marco necessário para a vida: “sem habitação, sem proteção para o habitual e o costumaz, tudo o que chega até nós é ruído, nada é informação, e em um mundo sem informações, no caos, não se pode nem sentir, nem agir” (2007, p. 232). A pátria, entendida como a “habitação” produzida pelo “hábito”, não supõe uma transcendência, mas antes a “sacralização do banal” (p. 232) e, do ponto de vista estético, a consideração do próprio como o “bonzinho”, pois “Toda casa é bonitinha para seu habitante, porque ele está habitado a ela” (p. 234). Essa consideração, pela qual se afirma que “O patriotismo é sobretudo o sintoma de uma doença estética” (p. 234), implica uma importante dimensão ética:

Quando considero a Provença ou Allgäu bela, não significa que eu tenha descoberto esse território mas sim que estou habitado a ele, estou sendo vítima de um erro estético mas não necessariamente de um erro ético. No entanto, se considero São Paulo uma cidade bonita então estou cometendo um pecado, pois o cobertor de lá do hábito, que esconde e arredonda todos os fenômenos, não me deixa mais perceber a miséria e a injustiça que lá dominam, mas me permite continuar sentindo o abafado. Nesse caso, torna-se parte daquela belezazinha pátria que percebo como beleza. Essa é a catástrofe do hábito (FLUSSER, 2007, p. 234).

A habitação ou hábito supõe assim o “fundamento de uma consciência”, mas também “uma anestesia, porque ela própria não é perceptível mas apenas sentida de maneira abafada” (2007, p. 235), isto é, invisibilizada pela

força do costume. Colocando em questão as mistificações étnicas e estéticas de determinada pátria, o migrante, uma figura que arrasta “fragmentos de mistérios de todas as pátrias por que passou” (p. 235), não se encontra “ancorado em nenhum desses mistérios”, demonstrando que a pátria não é imprescindível para “morar” nem garantia exclusiva da “habitação”:

[...] pode-se mudar de pátria ou então simplesmente não tê-la, mas é sempre preciso morar não importa onde. Os mendigos parisienses moram sob pontes, os ciganos, em caravanas, os agricultores brasileiros em cabanas, e por mais horrível que isso possa soar, morou-se também em Auschwitz (FLUSSER, 2007, p. 232).

A condição apátrida abre, por outro lado, a possibilidade de ser agente de ruptura do “bonzinho” e de seu sagrado mistério, permitindo uma “dialética entre habitação e inabitual, entre redundância e ruído” (1997, p. 233), onde as certezas e seguranças de determinada pátria são expostas ao não familiar e à “feitura do estrangeiro” (p. 235). Flusser cita aqui a dialética hegeliana da consciência infeliz que diz “que eu me perco a mim mesmo quando encontro o mundo e perco o mundo quando me encontro a mim mesmo” (p. 233).

A condição apátrida que forma parte inerente da filosofia do *bodenlos* flusseriana, isto é, uma filosofia do não fundamento ou do “não chão”, guarda finalmente, através do recurso ao nuclear conceito de “engajamento” e a uma reconversão do conceito de pátria, uma grande possibilidade libertária. Decerto Flusser, ao rechazar o entendimento da pátria como uma rede de hábitos inconscientes e mistificados, postula a ideia da mesma como o conjunto de “homens pelos quais tenho responsabilidade” (1997, p. 232), ou seja, como um ato de liberdade pela qual se pode reunir uma série de compromissos com diversos grupos de pessoas:

Fui lançado em minha primeira pátria através do meu nascimento, sem ter sido perguntado se eu concordava com isso. As amarras que lá me atavam aos meus consócios (*Mitmenschen*) foram em grande parte adotadas. Agora com essa liberdade que alcancei, sou eu mesmo que teço as ligações com os companheiros (*Mitmenschen*) e, na verdade, em trabalho conjunto com eles. A responsabilidade que carrego por meus compa-

nhieiros não me foi imposta, eu próprio a assumi. Não sou como aqueles que ficaram em sua pátria, misteriosamente amarrados a seus consócios, mas me encontro livre para escolher minhas ligações. E essas ligações não são menos carregadas emocional e sentimentalmente do que aquele encadeamento, elas são tão fortes quanto ele; são apenas mais livres. Criei que isso mostra o que significa ser livre. Não é cortar as ligações com os outros, mas sim recer essas ligações em trabalho conjunto, em cooperação com eles. Não é negando a pátria perdida que o migrante se torna livre, mas sim quando ele a sustém (*an'yhab*). Sou pragueense, paulistano, robionense e judeu, e pertencço ao círculo de cultura chamado alemão, e eu não nego isso, mas sim o aceito para poder negá-lo (FLUSSER, 2007, p. 226).

As repercussões do conceito de apátrida, no que tange ao cultural e ao linguístico, se desenvolvem principalmente nos capítulos 7 (“A natureza brasileira”) e 8 (“A língua brasileira”) da primeira parte de *Bodenlos*. Entre outras considerações, Flusser explica nesses capítulos seu “engajamento” com o idioma português, que consistirá em escrevê-lo com o ritmo “trágico” do hexâmetro tcheco – uma decisão ideológica e estética que, segundo suas próprias declarações, não contará com o consenso de seus colegas do *Suplemento Literário do Estado de São Paulo*, no qual o pragueense escreverá durante sua estadia brasileira.

Em relação ao biográfico, Flusser confessa que, após dez anos de sua chegada ao Brasil, ele assume o compromisso de construir “uma nova pátria, livre de preconceitos e digna do ser humano” (2007, p. 229). A afirmação sobressai sobre o escuro fundo europeu que o havia atingido quando acabava de chegar ao cais do porto do Rio de Janeiro, com a notícia da morte de seu pai (assassinado, assim como o resto de sua família, em um campo de concentração). No entanto, o entusiasmo inicial para com o compromisso adotado (“recer um futuro código secreto, o código de uma futura pátria brasileira”, p. 230) parece ir perdendo força à medida que (para seguir as categorias de Flusser) os hábitos da nova pátria vão sendo “sacralizados”.

Dir-se-ia que, de uma situação percebida como originária ao tempo de sua chegada, aquela do Brasil como “pais vazio” ou “terra de ninguém” (p. 220), se passa a uma situação em que a definição do projeto nacional se dirime, segundo Flusser, entre a opção pela tendência “populista” (representada por Getúlio Vargas) e a “tecnocrática”, aquela que, propondo uma

planificação centralizada para a erradicação da miséria, “pressupõe ditadura e impedimentos ‘provisórios’ para qualquer perturbação social, política e cultural do plano” (p. 231). Tendo elegido conscientemente esta última postura (“Depois de 1964, ficou claro para mim que a vitória da tecnocracia sobre o ‘populismo’ era o único caminho para fazer do Brasil finalmente uma pátria”, p. 231), Flusser deve arcar com suas consequências políticas, claramente autoritárias e repressivas a partir do golpe militar que derrocara o presidente João Goulart. Desse modo, e paradoxalmente, a fundação da pátria em termos tecnocráticos se traduz como decepção e como desistência de seu “engajamento” brasileiro:

E também pude imaginar o aspecto dessa pátria: um aparelho gigantesco e progressivo que, em termos de inépcia, patriotismo e preconceitos patrióticos, não ficaria atrás de nenhuma pátria europeia. Demorou até o ano de 1972 para que eu me decidisse, de maneira dolorosa, a desistir de meu engajamento no Brasil e fosse morar na Provença, esse anti-Brasil. A decepção com o Brasil foi a descoberta de que cada pátria, independentemente de nos ter sido lançada através do nascimento ou de estarmos engajados em sua síntese, nada mais é senão a sacralização do banal. A pátria, seja de que maneira for, não é nada além de uma habitação enovelada de mistérios. E ainda: quando se deseja manter a liberdade da apatridade, adquirida com sofrimento, é necessário que a gente se recuse a participar dessa mistificação dos hábitos (FLUSSER, 2007, p. 231-232).

REFERÊNCIAS

FLUSSER, Vilém. **Bodenlos: uma autobiografia filosófica**. São Paulo: Anablume, 2007.

EXTRATERRITORIALIDADE

Pablo Gasparini

VER : Des-re-territorialização · Estado-Nação · Exílio · Origem, Começo · Tradução.

O termo extraterritorialidade foi cunhado pelo ensaísta George Steiner (Paris, 1929) no ensaio “Extraterritorial”, incluído no livro *Extraterritorial: a literatura e a revolução da linguagem* (1990). Contrapondo-se à teoria romântica que, segundo Steiner, sustenta que “o escritor é o que mais obviamente encarna o gênio, o *Geist*, a quiddidade de sua língua materna” (1990, p. 15), o ensaio se debruça sobre uma série de escritores que realizaram toda ou parte de sua produção literária em uma língua estrangeira, isto é, fora de seu território linguístico vernáculo.

Mesmo com menções a outros autores (Heine, Wilde, Beckett, Borges), o ensaio “Extraterritorial” faz do russo Vladimir Nabokov o paradigma principal desse tipo de escritor “não completamente em casa na língua de sua produção, mas deslocado ou em hesitação na fronteira” (1990, p. 15). De fato, é lembrada no ensaio a natureza poliglota de Nabokov, suas traduções do francês e do inglês para o russo e vice-versa. Sobre esse fundo multilíngue e interlinguístico é que Steiner aborda a produção em língua inglesa do escritor russo, centralmente de seu romance *Lolita*, e enuncia uma série de hipóteses de estudo da “interlíngua anglo-americana” em que esse texto estaria escrito e que poderíamos enumerar didaticamente da seguinte maneira:

- 1) Com que frequência as frases inglesas de Nabokov são metatraduções do russo?
- 2) Até onde as associações semânticas russas geram as imagens que podem ser encontradas nas frases em inglês?
- 3) Considerando que a família de Nabokov marchou para o exílio em razão da revolução bolchevique, poderia ser pensado que grande parte da prosa em inglês de Nabokov seria puro contrabando (uma passagem ilegal pela fronteira) de versos russos prisioneiros de uma sociedade que ele desprezava?
- 4) Haveria um idioma misto, subterrâneo, uma língua assentada em uma espécie de “imaginação multilíngue” (STEINER, 1990, p. 21) da qual Nabokov estaria traduzindo para o inglês, para o russo, etc.?

5) Seria interessante atentar para os imaginários de língua envolvidos. Segundo Steiner (1990, p. 21), o inglês de Nabokov invoca “os verões lilases de uma ordem aristocrática perdida e as ambiguidades eróticas de Lewis Carroll”.

As hipóteses levantadas por Steiner sobre Nabokov revelam um projeto estético assentado sobre a situação de escrever “não completamente em casa na língua” (STEINER, 1990, p. 15). Decerto, Nabokov não só produz em inglês sendo russo, mas também traduz *Lolita* do inglês para o russo, tendo, aliás, realizado retraduições para o inglês de versões russas de textos de Edgar Allan Poe. Isto é, em Nabokov a tradução, a autotradução e a retradução revelariam uma forma de trabalho literário a partir das ressignificações permitidas pelas passagens entre as línguas. Dessa maneira, mesmo que os deslocamentos territoriais obedecam àquilo que Steiner chama de “a barbárie política do século”, os efeitos desses deslocamentos em relação à reinvenção literária em uma outra língua fariam de Nabokov um rico “potentado em viagem” (1990, p. 18, 19).

A reflexão que permitiria o conceito de extraterritorialidade nos outros autores mencionados amplia e diversifica a compreensão do mesmo. Por exemplo, Steiner (1990, p. 16) atribui o domínio “excêntrico e exibicionista” que Oscar Wilde faria do inglês ao fato de a França ser para um irlandês um contrapeso aos valores ingleses, isto é, haveria aqui uma razão fortemente político-cultural. Contudo, no caso de Wilde haveria ainda outra hipótese para o seu uso literário do francês, através da qual o direito que esse autor proclamaria de não ser entendido exclusivamente como autor em inglês estaria dizendo do seu direito a certa instabilidade identitária, especialmente relevante no que diz respeito ao direito à instabilidade de gênero. Já o caso de um outro irlandês, Samuel Beckett, que ganha no livro um ensaio praticamente dedicado à sua obra (“Da nuance e do escrúpulo”), enfatiza uma das hipóteses assinaladas para a situação de Nabokov, aquela que colocava a questão de uma “imaginação multilíngue”. Devido ao fato de que, em muitos textos de Beckett, seria muito difícil atribuir com clareza a língua na qual teriam sido gerados, é colocada a existência de uma “cripilingua, composta igualmente de francês, inglês, anglo-irlandês e fonemas totalmente particulares” (STEINER, 1990, p. 17).

O conceito de extraterritorialidade envolve, dessa maneira, diferentes problemáticas e razões variadas, deslocamentos territoriais biográficos,

mas também projetos estéticos e questões de política cultural e de gênero. Contudo, em todos esses casos, o que está sendo realçado é a condição do escritor moderno em relação à língua. Como trabalhará Steiner em outros ensaios, principalmente em *Après Babel* (1978), essa relação já não estaria sendo concebida como natural e dada a uma origem pura e única. Contrariamente a esse tipo de confiança, a relação da modernidade literária com a língua estaria determinada pela sua condição pós-ediênica, pela perda dos mitos da transparência e da confiabilidade no próprio dizer. Daí que a grande figura simbólica dessa condição seja a do exílio. Nesse sentido, poderíamos atribuir, a título de gesto precursor, que a construção toda da figura do “extraterritorial” por Steiner poderia ser filiada a uma rica observação de Adorno sobre Heine.

No ensaio “A ferida Heine”, escrito a propósito do centenário da morte desse escritor judeu alemão, exilado grande parte de sua vida na França, Adorno afirma que: “Somente dispõe da linguagem como um instrumento aquele que, na verdade, nela não se encontra” (2003, p. 130). O “extra” que compõe o conceito criado por Steiner pode ser entendido, dessa maneira, como a necessidade de uma perspectiva externa em relação à língua (mesmo com aquela que se convencionou chamar de língua materna), o que permitiria não só a possibilidade de trabalhar nela esteticamente, mas também a capacidade de enxergá-la cientificamente. Nesse sentido, adquire importância o subtítulo do livro no qual está inserido o ensaio “Extraterritorial”: “A literatura e a revolução da linguagem”. Esse subtítulo dá conta da inserção, no livro de Steiner, de uma série de ensaios (“O animal com linguagem”, “Línguas dos homens”, “Linguística e poética”) onde o autor liga, com diversos matizes e enfoques, o que ele chama de “crise da linguagem” (paradigmaticamente representada pela “Carta de Lorde Chandos” de Hofmannsthal) com os desenvolvimentos da reflexão sobre a linguagem no Círculo de Viena e no Círculo Linguístico de Praga. A tese forte de Steiner parece ser, de fato, a ideia de que o crescente sentimento de desgaste ou insuficiência da língua, em relação a suas capacidades de significação, teria alentado uma indagação sobre ela sob o olhar da lógica e da ciência.

Sem entrar aqui no posicionamento do próprio Steiner nesse debate – que passaria pela defesa de um olhar sobre a língua que, longe de qualificar redução à lógica, antes resgata o que a língua teria de ambiguidade como elemento essencial para a comunicação –, seria importante mencio-

nar outros aspectos que enriquecem o conceito de extraterritorialidade e que seriam especialmente relevantes para a América Latina. Faço referência aqui à inclusão do escritor argentino Jorge Luis Borges como um desses escritores extraterritoriais, mesmo tendo ele produzido a sua obra literária na língua de seu país. A sua inclusão não só é justificada por Steiner em razão de que “com frequência um texto inglês – Blake, Stevenson, Coleridge, De Quincey – subjaz à expressão em espanhol” (1990, p. 17), como também, e fundamentalmente, por aquilo que permitiria a sua formidável capacidade poliglota, isto é, o seu “se sentir em casa” em mais de uma literatura, fundamentalmente as literaturas de língua inglesa. Esse entendimento de Borges como universalista, realçado na leitura de Steiner pela capacidade de Borges para escrever “narrações míticas” (STEINER, 1990, p. 159) aparentemente indiferentes a uma referencialidade social específica, produz um deslocamento do conceito de extraterritorialidade, do seu sentido estrito de escrever em uma língua outra, para um entendimento literário: extraterritorial também seria o escritor universalista que, graças a seu extraordinário conhecimento de outras literaturas, produz uma “amplitude vertiginosa de sua esfera alusiva” (1990, p. 40).

Nessa compreensão, deveríamos notar que, mesmo que a leitura de Steiner atente para certas condições locais imprescindíveis para a construção dessa universalidade (no ensaio “Tigres no espelho” são mencionados Lugones, Macedonio Fernández e Evaristo Carrigo, por exemplo), tal leitura omite, por outro lado, que a universalidade literária borgiana estaria ligada a toda uma operatória de política cultural. Decerto, em seu ensaio “O escritor argentino e a tradição” (1953), Borges defende o direito do escritor sul-americano de trabalhar todos os temas, e não apenas aqueles entendidos como próprios: um direito que, segundo Borges, seria possível pelo tipo de relação que o escritor sul-americano estabeleceria com o cerne da literatura europeia. Borges ainda afirma que, de forma análoga à relação do irlandês com a língua inglesa ou à do judeu com a cultura ocidental (resulta notável a semelhança dos exemplos com os de Steiner), o escritor sul-americano teria um vínculo de dentro-fora (“extraterritorial” poderíamos dizer) com os “temas europeus”:

[...] os nacionalistas simulam venerar as capacidades da mente argentina, mas querem limitar-lhe o exercício poético a alguns pobres temas locais, como se os argentinos só pudessemos falar de subúrbios e de fazendas, e

não do universo. [...] Creio que os argentinos e em geral os sul-americanos estamos numa situação análoga [à de judeus e irlandeses]; podemos manejar todos os temas europeus, manjã-los sem substituições, com uma irreverência que pode ter, e já tem, consequências afortunadas (BORRES, apud SCHWARZ, 1999, p. 152).

Predicar a “extraterritorialidade” do escritor latino-americano, aliás, não é uma exclusividade borgiana. Já em 1926, Pedro Henriquez Ureña apresentava sua voz americanista na convicção de que “tenemos direito a tomar de Europa todo lo que nos plazca: tenemos derecho a todos los beneficios de la cultura occidental” (1988, p. 42). E, voltando ainda um pouco mais, Roberto Schwarz, em “A nota específica”, lembra que a noção principal dessas observações já tinha sido enunciada por Machado de Assis no seu ensaio “Instinto de nacionalidade”, de 1873. Isto é, já no final do século XIX os latino-americanos teriam construído, a partir de uma reflexão assentada sobre a sua problemática cultural, o conceito de extraterritorialidade que Steiner posiciona em 1969 baseando-se, principalmente, nos deslocamentos de alguns escritores europeus. A pertinência dessa reflexão para a América talvez possa ser sintetizada na observação que o ensaísta mexicano Octavio Paz elabora sobre a condição do português, do castelhano e do inglês no continente: “La lengua que hablamos es una lengua desterrada de su lugar de origen” (1991, p. 51).

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. A ferida Heine. In: _____. **Notas de literatura I**. Tradução de Jorge de Almeida. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 127-134.
- PAZ, Octavio. Alrededores de la literatura hispanoamericana. In: _____. **Obras completas**. México: FCE, 1991. t. 3, p. 49-57.
- SCHWARZ, Roberto. A nota específica. In: _____. **Sequências brasileiras**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 151-154.
- STEINER, George. **Extraterritorial**: a literatura e a revolução da linguagem [1972]. Tradução de Julio Castañon Guimarães. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

STEINER, George. *Après Babel: une poétique du dire et de la traduction*. Paris: Albin Michel, 1978.

UREÑA, Pedro Henriquez. *El descontento y la promesa*. In: _____. *La utopía de América*. Caracas: Ayacucho, 1989. p. 33-45.